

ENTREVISTA – 27 de Setembro de 2019

## MUDANÇA CLIMÁTICA: ‘Não há um respeito pelo papel da sociedade civil’

*CIVICUS conversa com Adriana Ramos, assessora do Instituto Socioambiental, uma organização da sociedade civil (OSC) brasileira que atua desde 1994 propondo soluções para questões sociais e ambientais, com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e aos direitos dos povos.*



### **Você acredita que está acontecendo uma redução do espaço cívico no Brasil após a eleição do presidente Jair Bolsonaro?**

Sim, já temos várias evidências de que há um espaço menor de atuação democrática da sociedade civil, pelo menos em relação ao governo. Nós tivemos a extinção de vários conselhos, comitês, comissões que constituíam os espaços formais de participação da sociedade civil em várias políticas. Na questão de clima, em especial, a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (CONAREDD+), o Comitê Gestor do Fundo Clima e o próprio Comitê Orientador do Fundo Amazônia eram instâncias importantes para a implementação das políticas nacionais de mudanças climáticas.

Além disso, há uma indisposição do governo com a sociedade civil. Quer dizer, há um clima beligerante e agressivo que impede o estabelecimento de diálogos. Não há um respeito pelo papel da sociedade civil. Isso se reflete na atuação das organizações em campo. A paralisação do Fundo Amazônia, por exemplo, inviabiliza uma série de projetos já previstos e atrapalha os projetos em curso.

O governo também tentou extinguir o Ministério do Meio Ambiente por que não acreditava na necessidade de uma política ambiental. Já que a proposta de extinguir o Ministério teve uma repercussão muito negativa, o que temos hoje é um Ministério que está promovendo um desmonte da legislação e das políticas que existem.

**Quando as queimadas na Amazônia ganharam projeção, o presidente do Brasil declarou que as organizações da sociedade civil (OSC) poderiam ser responsáveis pelo desmatamento. Como essas declarações afetam o trabalho das organizações e dos defensores ambientais?**

O primeiro efeito é drenar todas as nossas energias para responder à uma barbaridade como essa. Quando o presidente faz uma declaração assim, a imprensa tem que reverberar e nós acabamos tendo que nos defender. Nos coloca na posição de responder à uma declaração do presidente que não tem nenhum fundamento. Já é uma estratégia de imobilização, que paralisa aquilo que a gente faz de principal e atrapalha o trabalho das OSC.

Além disso, no país há pouco conhecimento sobre a sociedade civil. Então uma declaração dessas sinaliza para a população uma visão preconceituosa, promove desinformação e leituras equivocadas sobre o papel da sociedade civil. Tudo isso está num arcabouço, ainda, de um sistema de promoção de *fake news* muito grande. Acaba gerando um efeito em cascata.

**Há uma ligação dessa narrativa com as ameaças à defensores do meio ambiente, especialmente aqueles mais próximos aos territórios onde há conflito?**

“Acabar com todo tipo de ativismo no Brasil” foi uma promessa de campanha eleitoral do presidente. O que vemos é que a atuação do governo tem sido bastante coerente com essa promessa, buscando fomentar a ilegalidade e desvalorizar o trabalho dos defensores ambientais. Isso reflete diretamente no aumento da insegurança em campo, numa sensação de impunidade que fortalece aqueles que atuam ilegalmente. Você tem o fomento às atividades ilegais na Amazônia, como a exploração madeireira ilegal, garimpo ilegal, grilagem de terras, que são as fontes dos principais conflitos. Há o fortalecimento daqueles atores que historicamente foram artífices da violência contra povos indígenas e lideranças ambientais. Além disso, a abordagem autoritária do presidente acaba mobilizando todas as forças de segurança pública. As forças de segurança pública, que deveriam estar atuando para a defesa dessas pessoas mais vulneráveis, são pautadas pela política que criminaliza e marginaliza essas pessoas. Assim, o Brasil provavelmente seguirá na [lista dos países mais perigosos do mundo](#) para os ambientalistas.

**Como a sociedade civil têm se organizado para responder nesse cenário?**

Nós temos buscado garantir as condições constitucionais de atuação da sociedade civil e articular diferentes esforços para garantir a segurança da atuação dos defensores em campo, fortalecer as estratégias de defesa daquelas lideranças mais vulneráveis. Há uma necessidade de inovar na forma de atuação, para conseguir enfrentar esse momento. É uma situação lamentável, mas acho que a sociedade civil brasileira é bastante experiente em enfrentar situações adversas e ela está buscando se fortalecer nessa perspectiva.

Ao mesmo tempo, acredito que o sistema de pesos e contrapesos dos três poderes do Brasil nunca foi tão necessário como hoje. Se, por um lado, o diálogo com o executivo é inviável, por outro lado nós temos que atuar cada vez mais nas frentes do legislativo e do judiciário. Mesmo com as suas limitações institucionais, acabam consistindo nos espaços preferenciais para intervenção e questionamento das ações autoritárias do governo brasileiro. A gente ainda tem uma constituição valendo. Ela é uma constituição robusta do ponto de vista das garantias dos direitos individuais e da liberdade de associação. É com base nela que seguimos nessa disputa.

### **Qual é o apoio que as organizações ambientais e defensores brasileiros precisam atualmente?**

Precisamos cada vez mais de apoios institucionais que garantam que as organizações possam desenvolver trabalhos na linha do *advocacy*, da incidência política, da forma robusta que esse momento exige. Para que elas não fiquem vulneráveis a qualquer tipo de perseguição.

Mas também é necessário apoio para garantir o fortalecimento de iniciativas desenvolvidas localmente, apoiando as comunidades locais na geração de renda e na gestão dos seus territórios. Não adianta a gente lutar politicamente e conseguir que a legislação não seja alterada, se as condições de vida das comunidades locais deteriorarem, se elas ficarem mais vulneráveis a propostas insustentáveis que o governo tem trazido para elas. É preciso garantir os projetos que geram renda a partir do uso sustentável da floresta, para que as comunidades não fiquem vulneráveis a servir de massa de manobra para quem defende, por exemplo, a abertura dos seus territórios para exploração por terceiros. Isso vai levar à insustentabilidade desses territórios, é ruim para as comunidades e ruim para o meio ambiente. Não é só apoiar a atuação política para que possamos nos confrontar com as declarações do governo, mas apoiar as melhores experiências na gestão ambiental autônoma das comunidades – para que elas possam estar fortalecidas nesse processo, não vulneráveis à cooptação.

### **A mobilização pública por causas ambientais está crescendo no Brasil?**

Eu acredito que sim, cada vez mais há um interesse das pessoas em se mobilizar e reagir ao que está acontecendo. As pessoas começam a entender que é uma temática que perpassa todas as outras, não existe economia nem saúde sem meio ambiente saudável. Por causa dessa negação da política ambiental, acabamos tendo mais atenção voltada para esse tema. Sem dúvida nenhuma, isso pode contribuir para que a gente fortaleça a atuação da sociedade civil – mais gente se mobilizando, mais gente participando e antenado no que tá acontecendo. Esse é um lado bom da coisa.

**O espaço cívico no Brasil é classificado como ‘obstruído’ pelo [CIVICUS Monitor](#).**

**Entre em contato com o Instituto Socioambiental através de seu [site](#) ou suas páginas no [Facebook](#) e [Instagram](#).**